



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1019401-94.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Margareth Aparecida Linari Blanco e outros**
 Requerido: **WELINGTON MARCELINO BLANCO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

- 1 Trata-se de pedido de expedição de alvará proposto por **Margareth Aparecida Linari Blanco, Maisa Aparecida Blanco, Rafael Marcelino Blanco, Marcelo Alexandre Blanco, Jaqueline Aparecida Blanco**, em razão do falecimento de **Wellington Marcelino Blanco**, para alienação do único de bem móvel deixado por ela, um veículo.
- 2 Os requerentes comprovaram a legitimidade para propor a presente ação, pois são os únicos herdeiros e estão de acordo com o pedido, e apresentou a documentação necessária para comprovar a anuência dos demais interessados na expedição do alvará pretendido.
- 3 O valor estimado do **único bem móvel** é, conforme tabela FIPE é de baixa monta o que autoriza a expedição de alvará judicial em substituição à abertura de inventário.
- 4 Sendo assim, ausentes quaisquer outras discussões e análises, **ACOLHO** o pedido, para autorizar os requerentes alienar o automóvel de propriedade da falecida, marca/modelo I/VW GOL CL I, espécie/tipo Pas/Automóvel, movido a gasolina, ano fab/mod. 1996, cap/pot/cil 5 L/081CV, categoria Particular, cor vermelha, placas CFU 1772, chassi 8AWZZZ377TA827081, Código RENAVAM 00660831546, podendo realizar todos os demais atos pertinentes a tal bem, respeitadas eventuais pendências administrativas.
- 5 Intime-se a Fazenda Pública desta sentença para fins de eventual lançamento de ofício de tributo.
- 6 Expeça-se o devido alvará em nome de **MARGARETH APARECIDA LINARI BLANCO**, conforme solicitado às fls. 01/02, com prazo de 180 dias.
- 7 Ausentes o interesse recursal, fica desde logo certificado o trânsito em julgado, sendo desnecessária a expedição da respectiva certidão.
- 8 Após cumprida a determinação, archive-se.
- 9 P.I.

São Carlos, 14 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**